

O ALEMANISMO E O “PERIGO ALEMÃO” NA LITERATURA BRASILEIRA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Olgario Paulo Vogt¹

RESUMO

No final do século XIX e início do século XX, imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum*. A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, despertou reações por parte de intelectuais e de homens do governo brasileiro, que estavam empenhados na construção do estado e da identidade nacional. Essas reações se mostraram mais acentuadas e notadas durante a Primeira e a Segunda guerras mundiais e deram origem ao mito do “perigo alemão”. O “perigo alemão” consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, de uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha. Neste trabalho, objetiva-se focar como o alemanismo e o perigo alemão aparecem em algumas obras de intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX. Silvio Romero, Graça Aranha, Vianna Moog e Bayard Mércio são os principais autores retratados.

Palavras-chave: Perigo alemão. Literatura e história. Germanismo.

INTRODUÇÃO

Em 1824, com a fundação de São Leopoldo, iniciou-se a colonização germânica no Sul do Brasil. Do total de imigrantes que entraram no Brasil, os alemães representaram tão-somente seis por cento. René Gertz (1987, p. 15), amparado em dados coligidos por Carneiro, defende que entre 1820 e 1939 teriam ingressado 233.382 estrangeiros de língua alemã no território nacional. Nesse mesmo período, os imigrantes italianos somariam 1.507.581; os portugueses, 1.428.032; os espanhóis, 596.961; e os japoneses, 182.799.

Mesmo sendo numericamente minoritária, a população de ascendência alemã alcançou visibilidade e notoriedade no cenário nacional. Isso se deu em virtude da concentração demográfica que atingiu em determinados espaços rurais e urbanos e em função das intensas e expressivas manifestações de germanidade que ocorriam nesses territórios.

Já no final do século XIX, havia quase duzentas "colônias alemãs" no Brasil Meridional. No RS, localizavam-se principalmente em algumas regiões como os vales dos rios Sinos, Jacuí, Taquari e Caí e no Alto Uruguai; em Santa Catarina, o vale do Itajaí e na região noroeste do Estado; no Paraná, na região de Ponta Grossa e adjacências. Nas primeiras décadas do século XX, descendentes e novos imigrantes estabeleceram colônias nas frentes pioneiras do planalto catarinense e paranaense. Nessas áreas coloniais, o idioma alemão era utilizado cotidianamente pela população; nas escolas comunitárias, as crianças eram alfabetizadas na língua dos seus antepassados; liam-se jornais, almanaques, livros de literatura e material religioso no vernáculo; preservavam-se algumas manifestações culturais trazidas da Europa e adaptadas à realidade local através das inúmeras sociedades (*Vereine*) que, de acordo com suas finalidades, possuíam caráter cultural ou desportivo-recreativo.

A partir do final do século XIX, imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum*. A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, provocou reações por parte de setores da sociedade nacional. A concepção de identidade teuto-brasileira foi atacada principalmente na época da República Velha (1889-1930), pois acabou por se confrontar com os postulados de intelectuais e homens do governo brasileiro empenhados na construção do estado e da identidade nacional, que tinham no direito de solo e na assimilação seus princípios básicos. Pretextando que a nação brasileira não comportava duplas identidades e que os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) colocavam em risco a integridade nacional, a população de ascendência alemã do Sul do país passou a ser estigmatizada como sendo estrangeira e por constituir "quistos étnicos". A identificação particular desse grupo também forneceu munição para os defensores da tese do "perigo alemão".

O "perigo alemão" consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, a uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha (GERTZ, 1991). Sílvio Romero foi, dentre os intelectuais brasileiros que defendeu a tese do "perigo alemão", o mais destacado. A ele coube também o papel de ser um dos mais extremados e acres críticos do germanismo em terras brasileiras.

SÍLVIO ROMERO E A FUNDAMENTAÇÃO DA TESE DO “PERIGO ALEMÃO”

Filho de comerciante português, Sílvio Romero nasceu em 1851 na vila de Lagarto, no estado de Sergipe. Sua produção intelectual abarca vários campos como o folclore, a história, a crítica literária, a crítica social e a polêmica. Foram inúmeros os trabalhos que publicou entre 1869, quando aos 18 anos escreveu sua primeira obra enquanto acadêmico do curso de Direito na cidade de Recife, e 1914, ano do seu falecimento.

Antonio Candido (1963, p. 76) considera *História da literatura brasileira*, livro cuja primeira edição data de 1888, o ponto máximo da volumosa obra de Romero. Segundo o crítico, os vinte anos que a precederam serviram para Romero organizar e aplicar suas idéias a setores diversos da cultura nacional. Os vinte e seis anos que a sucederam, apuraram e desenvolveram aquelas idéias, “de tal modo a podermos dizer que, do ponto de vista não só do método, quanto da sua aplicação, quem conhecer este livro conhece Sílvio Romero de maneira mais ou menos completa”.

Romero foi também um contumaz crítico da colonização germânica feita no território nacional. Embora mostrasse preferências por imigrantes brancos de origem européia latinaⁱ, não tinha preconceitos em relação aos alemães, que afinal pertenciam à “raça ariana,”ⁱⁱ reputada por ele como sendo a superior. O alvo da sua crítica, no tocante à imigração alemã, dizia respeito especificamente ao modo como ela estava sendo conduzida no Sul do Brasil:

Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já por si preparado pela diferença dos climas. (ROMERO, 1960, p. 121)

Como solução para o desequilíbrio gerado, propõe distribuir a colonização por todas as áreas do território com elementos estrangeiros e nacionais, para que possa ocorrer a assimilação. Já em 1888, vaticina que, “se não o fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável” (ROMERO, 1960, p. 121).

O grande problema era que, concentrados em determinados espaços geográficos, os alemães e seus descendentes reproduziam-se sem que ocorresse, pelo menos no grau por ele esperado, a tão ambicionada e desejada mescla com o elemento nacional. Ora, para que sua tese tivesse maior visibilidade e para que ocorresse de forma mais acelerada o branqueamento, era indispensável não só que ocorresse a imigração européia, mas a sua mistura, pois que

[...] na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende muito mais a sê-lo, a branca. (ROMERO, 1960, p. 101)

Em 1906, ao editar o opúsculo *O allemanismo no Sul do Brasil*, Sílvio Romero desfecha um dos mais extremados e virulentos ataques contra a forma de vida e a organização social da população de ascendência germânica existente no Brasil Meridional. Nessa obra, o seu nacionalismo, o tom polemicista e a crítica mordaz e apaixonada, peculiares nas suas análises, aparecem com toda a nitidez.

Nesse escrito, o evolucionismo e as categorias meio e “raça” são fundamentais. Parte do princípio de que a tendência dos alemães de migrar – estimulada pela pobreza do solo – é antiga. Conforme o autor, os germânicos, não obstante portadores de qualidades de primeira ordem, foram inicialmente aquinhoados com “as ásperas terras do norte da Europa” (ROMERO, 1906, p. 10), razão pela qual foram condenados, nos seus dois mil e duzentos anos de existência, a procurar por melhores terras aventurando-se, por isso, mais para o Sul, fazendo ruir o Império Romano.

Na nova partilha colonial do mundo, havida a partir da segunda metade do século XIX, os alemães também haviam chegado atrasados. Romero destaca que, para recompensar o tempo perdido, em apenas quatro anos – 1884 a 1888 – Bismarck teria convertido a Alemanha na terceira potência colonial.

Romero também percebe os interesses econômicos que têm a indústria e o comércio da Alemanha no que se refere à população de origem germânica do Brasil Meridional. Em apoio à tese do “perigo alemão”, vale-se, dentre outras, de uma série de fontes francesas, inglesas e norte-americanas. Não faz, no entanto, uma crítica interna e externa com os documentos que trabalha. Que o imperialismo alemão passou a demonstrar interesses pelos *Deutscherausländer*, sobretudo daqueles em cujas áreas se preservava o *Deutschtum*, não há como negar. Mas também não se pode omitir que, na desenfreada corrida imperialista que

antecedeu a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra, França e Estados Unidos tinham ambições imperialistas semelhantes às da Alemanha.

O estereótipo de política bem sucedida, no que tange à imigração e à assimilação, Romero encontrava nos Estados Unidos da América. Segundo suas avaliações, os milhões de alemães estabelecidos na América do Norte aceitariam facilmente a nacionalidade estranha, ou seja, seriam logo assimilados. A língua alemã continuava servindo aos pais, mas os filhos já seriam americanos e, ao cabo de uma ou duas gerações, não mais saberiam falar no idioma dos seus ancestrais. Situação, portanto, muito diferente daquela das regiões coloniais do Sul do Brasil, onde levavam uma vida à parte. Aí se exortava os moradores a não deixarem de lado a língua dos seus antepassados, a sua literatura, a sua música, os seus hábitos, os seus costumes, as suas tradições. Formavam, assim, sociedades completamente distintas e independentes das nacionais, tendo muitas vezes, inclusive, outra religião, outros sistemas de trabalho e outros ideais. Seriam “como ilhas, ou oásis no meio do que costumavam chamar o deserto brasileiro” (ROMERO, 1906, p. 46).

A assimilação pretendida era concebida como um processo de uniformização cultural via transformação dos imigrantes e de seus descendentes. Esse processo resultaria na dissolução dos grupos étnicos e na absorção de seus membros na sociedade de acolhimento dos imigrantes. Não se tratava, portanto, de uma interpenetração e de uma fusão que permitissem a integração de diferentes grupos em uma vida cultural comum (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 65-67).

Faltavam, segundo Romero (1906, p. 46), somente duas condições objetivas para que essas regiões coloniais acabassem, através da secessão, com a unidade nacional: “uma população maior, e que essa população se espalhe a ponto de ligar entre si, mais ou menos intensamente, os diversos núcleos coloniais dos três Estados meridionais,” o que talvez nem fosse preciso. Para que isso ocorresse, bastaria existirem de oitocentos mil a um milhão de teuto-brasileiros na região.

No Sul, os imigrantes e seus descendentes já teriam obtido o predomínio econômico e social, estando como proprietários “da indústria agrícola, no gozo quase exclusivo da terra, das indústrias fabris, do alto comércio importador e exportador, do comércio bancário, da navegação etc. etc...” (ROMERO, 1906, p. 70). Pretenderiam, em seguida, romper os laços políticos. Na sua opinião, a separação do Sul só não teria acontecido ainda por dois motivos: primeiro, em função da existência da Doutrina Monroe, que colocaria em rota de colisão a Alemanha e os Estados Unidos caso a primeira tentasse possuir uma colônia na América do

Sul; segundo, porque os teutos do Sul do Brasil não desejariam fazer parte do Império de Guilherme II, mas criar um novo Estado, independente, autônomo e soberano.

Causavam-lhe repulsa os governantes brasileiros que tinham cometido o gravíssimo erro de haver consentido na formação lenta, por décadas, de redutos de população germânica que não tiveram a menor fusão com as populações brasileiras. Sua cólera recaía também sobre políticos, como os governadores positivistas gaúchos, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, que faziam uma implícita aliança política com o eleitorado de ascendência alemã do Estado, não reprimindo o germanismo e minimizando o “perigo alemão”. Mostrou-se indignado com os habitantes genuinamente brasileiros do Sul, tachados como sendo imprevidentes e pretensiosos por índole, pelo fato de estarem satisfeitos que ali “o elemento germânico produz e gera a riqueza, ajuda largamente a pagar os impostos e a cobrir as despesas” (ROMERO, 1906, p. 70), mas que não se apercebem que estão sendo suplantados no todo. Enfim, mostrou sua repulsa também aos teuto-brasileiros por ostentarem desprezo pela vida pública nacional, por serem avessos à assimilação e pela aversão que tinham a tudo o que era brasileiro.

Propõe uma série de medidas com o fito de evitar o futuro desmembramento do Sul do Brasil:

- 1º) proibir as grandes compras de terrenos pelos sindicatos alemães, máxime nas zonas das colônias;
- 2º) obstar a que estas se unam, se liguem entre si, colocando entre elas, nos terrenos ainda desocupados, núcleos de colonos nacionais ou nacionalidades diversas da alemã;
- 3º) vedar o uso da língua alemã nos atos públicos;
- 4º) forçar os colonos a aprenderem o português, multiplicando entre eles as escolas primárias e secundárias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos;
- 5º) ter o maior escrúpulo, o mais rigoroso cuidado em mandar para as colônias, como funcionários públicos de qualquer categoria, somente a indivíduos da mais esmerada moralidade e de segura instrução;
- 6º) desenvolver as relações brasileiras de toda a ordem com os colonos, protegendo o comércio nacional naquelas regiões, estimulando a navegação dos portos e dos rios por navios nossos, criando até alguma linha de vapores que trafeguem entre eles e o Rio de Janeiro;
- 7º) fazer estacionar sempre vasos de guerra nacionais naqueles portos;
- 8º) fundar nas zonas de Oeste, tolhendo a expansão germânica para o interior, fortes colônias militares de gente escolhida no exercício. (ROMERO, 1906, p. 52)

UM APAIXONANTE DEBATE ENTRE A INTELLECTUALIDADE

A obra de Romero foi prontamente retrucada pelo paranaense Alcides Munhoz, que qualificou como teutofobia a denúncia do “perigo alemão” no seu Estado. Coube a um dos admiradores e discípulos de Romero, Arthur Guimarães, replicar a crítica feita por Munhoz. Nas décadas posteriores, muitos livros ainda seriam publicados tendo como pano de fundo a temática do “perigo alemão”. Mas surgiram, igualmente, trabalhos que fizeram a defesa da Alemanha e dos alemães e de seus descendentes localizados no Sul do Brasil.

A acirrada disputa imperialista ocorrida entre as potências europeias desde o último quartel do século XIX, culminou na deflagração da Primeira Guerra Mundial.ⁱⁱⁱ Com o conflito, o chauvinismo e a xenofobia encontraram formidável terreno para se difundir na Europa. O Brasil, inicialmente, adotou uma postura de neutralidade em relação ao confronto bélico, não obstante amplos setores da vida pública nacional manifestarem simpatias para com as causas dos aliados. Posteriormente, face ao torpedeamento de navios mercantes brasileiros, houve o rompimento das relações diplomáticas com os Impérios Centrais e a declaração do estado de guerra contra a Alemanha, em 26 de outubro de 1917. Com a guerra, as áreas colonizadas por alemães e seus descendentes no extremo-sul do Brasil tornam-se motivo de preocupação, de crítica e de defesa por parte de alguns intelectuais. As paixões suscitadas pelo choque europeu tiveram influência nesse debate.

A guerra recolocou a questão da brasilidade na ordem do dia. A invasão da Bélgica, de acordo com o que preconizava o Plano Schiliffen, fortaleceu o sentimento pró-aliados de muitos intelectuais brasileiros. Entre os defensores da posição francesa e aliada no conflito se encontravam homens como Rui Barbosa, José Veríssimo, Graça Aranha, Antônio Azevedo, Pedro Lessa, Barbosa Lima, Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Medeiros e Albuquerque, José Carlos Rodrigues, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Pandiá Calógeras, Assis Brasil, Tobias Monteiro, Gilberto Amado, Emílio de Menezes, Mário de Alencar e Nestor Vitor. Dentre os defensores da Alemanha estava o deputado Dunshee de Abrantes e figuras como João Barreto de Menezes, Capistrano de Abreu e Lima Barreto. Dentre os que mantinham uma atitude de neutralidade, embora fazendo críticas aos aliados, estavam Alberto Torres, Oliveira Lima, Assis Chateaubriand, Vicente de Carvalho e Azevedo Amaral (OLIVEIRA, 1990, p. 118-19).

Conforme constatação feita pelo professor René Gertz (1991), até o final da Primeira Guerra Mundial muitos artigos e livros tratando do perigo alemão seriam impressos no país. No ano de 1914, justamente quando acabava de eclodir a Guerra, Arbivohn publicou “O

perigo prussiano no Brazil.”^{iv} Em uma linguagem panfletária e amplamente favorável à causa da Entente no conflito, escreveu a seguinte pérola sobre a educação nas áreas de colonização alemã na porção meridional do Brasil:

Nas escolas allemãs, as crianças aprendem que o Brazil é um paiz selvagem, habitado por uma raça de mulatos turbulentos e deshonestos, incapazes do *self-government*; e compulsam mappas geographicos, adrede preparados, em que as províncias meridionais do Brazil figuram como domínios da corôa prussiana. (ARBIVOHN, 1914, p. 4)

Para esse autor, as eleições para deputados e senadores feitas nas regiões coloniais davam-se somente após os chefes políticos consultarem o ministro do Kaiser no Rio de Janeiro. Foi mais longe ao afirmar que, inclusive, já estavam em elaboração, em Berlim, os códigos civil e criminal que deveriam ser adotados no Sul do Brasil; que o *Reishtag* daquele Império votava anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; que as atas das sessões de muitas municipalidades, editais e outros documentos oficiais, eram redigidos no idioma alemão. Enfim, “para a anexação definitiva de nossas províncias, só faltava propriamente a arrecadação dos impostos federaes, que, em vez de serem remetidos para o Rio de Janeiro, sel-o-hiam para Berlim” (ARBIVOHN, 1914, p. 8-9).

Denuncia que, dentre os meios empregados pela diplomacia prussiana para a sua expansão colonial, a expedição de sacerdotes ligados à crença dos povos a conquistar é a mais eficaz. Seria essa a estratégia adotada há longos anos no Brasil, preparando o terreno para a anexação de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A respeito da Guerra, defendia que a sorte dos aliados seria a sorte do Brasil. Sobre a Inglaterra, que então ainda detinha a hegemonia política e econômica do mundo, fazia a seguinte afirmação:

A nossa salvação foi a intervenção da Inglaterra, a nação liberal e poderosa, abrigo seguro de todos os credos religiosos, refugio tranquillo dos perseguidos politicos de todas as partes do mundo, que entrou nesta desgraçada campanha, desembainhando sua espada calmamente e reflectidamente em defeza da propria honra, da fidelidade nos tratados, aos compromissos contrahidos e à palavra jurada. (ARBIVOHN, 1914, p. 11)

A defesa convicta e apaixonada da Alemanha e dos alemães do Sul do Brasil também encontrava eco. E não necessariamente por germanófilos de origem teuta. Em 1915, Augusto Porto Alegre lançou um livro pretensamente para combater os artigos de um discípulo de Romero, o intelectual José Veríssimo, publicados no Jornal do Comércio. A obra literária, no entanto, tinha como escopo condenar o opúsculo de Sílvio Romero lançado em 1906. Para Porto Alegre, ao escrever aquele opúsculo, Romero teria cometido imperdoável desacerto,

escrevendo sobre tema de alta relevância política, social e econômica, restrito às fontes que tinha à mão em seu gabinete e que eram de origem predominantemente francesa:

[...] a penna brilhante do insigne philosopho e escriptor, com rara habilidade rebuscou achar profundas incompatibilidades do viver allemão entre as populações dos tres grandes estados sulinos, para, juntando essa, e outras razões, às opiniões de escriptores allemães, sem qualquer representação official na administração de sua pátria, e por isso sem alcance de qualquer sorte, concluir d’ahi a iminencia da absorpção d’aquella tão bella porção territorial empossada em nome do peso do militarismo prussiano!!! Ora, nada d’isso procede, pois que o ponto de partida de argumentação sendo falso, falso será também o resultado. (PORTO ALEGRE, 1915, p. 8)

Admirador confesso da cultura germânica,^v Porto Alegre, nessa obra, enaltece a participação de teutos e descendentes em terras sul-rio-grandenses na agricultura, na indústria, no comércio, nas artes, no jornalismo, entre o professorado e como soldados. Como combatente, o alemão teria se engajado entre ambas as facções que se confrontaram na Revolução Farroupilha (1835-1845); teria sido peça fundamental na campanha contra Rosas na Argentina (1851-1852); inúmeros alemães teriam participado como soldados na Guerra do Paraguai (1865-1870) e posteriormente tomado um dos partidos que se conflagraram durante a Revolução Federalista (1893-1895). Assevera que a população de ascendência germânica no Estado se constituía em um imprescindível fator de progresso: “O allemão pela sua fixidez ao solo da segunda patria é valioso como elemento constitutivo da população. Assim altamente intelligente tornou-se a corrente immigratoria a que mais deve o Estado, pois foi a primeira a estabelecer-se nelle, sem outros intuitos sinão os do trabalho, que ninguem mais do que elle sabe mobilizar” (PORTO ALEGRE, 1915, p. 26).

Aquilo que se convencionara chamar de “perigo allemão” não existiria, de fato, no Rio Grande do Sul. Seria verdadeira fantasmagoria:

Uma das coisas mais interessantes do perigo allemão, que atormenta tanta gente, é que no Sul ninguém o vê: nem o povo d’um patriotismo extraordinario nem a administração publica, de inexcedivel zêlo e moralidade na direcção de todos os negocios.

[...] O patriotismo do povo do nosso Estado ainda não levantou seu protesto porque não existe razão para acautellar-se d’um mal que ninguem viu. (PORTO ALEGRE, p. 22 e 28)

A respeito do receio de uma parte da população falar o alemão ao invés do português, contrapõe o caso da Suíça. Exemplifica que aquele país, constituído de um povo

extraordinário, de uma capacidade industrial admirável, de um patriotismo inexcedível, não perdia seu prestígio mundial por lá se falar o alemão, o italiano e o francês (PORTO ALEGRE, 1915, p. 25).

Quanto à guerra em curso, então em seu segundo ano, qualificou-a não como sendo um choque de “raças” antagônicas e de civilizações opostas, mas uma luta comercial que se tornara necessária e inadiável para a Inglaterra, haja vista ter a Alemanha conquistado parte de seus mercados.

Causava-lhe ainda estranheza a emotividade de certa parte do público brasileiro ao revelar exagerada inclinação em favor dos aliados no confronto bélico em curso e antipatia para com a Alemanha. Estranhava o fato que incidentes diplomáticos recentes da história brasileira, que haviam indisposto o Brasil com a França, Inglaterra e Itália, haviam sido facialmente esquecidos.^{vi} Argumentava que, enquanto essas nações tinham tomado atitudes hostis às pretensões brasileiras, a Alemanha havia se mostrado sempre amiga e parceira do Brasil. Nesse sentido, acentua que a França e a Inglaterra teriam atuado com extraordinária habilidade para indispor o espírito nacional contra a Alemanha. A causa disso seria a caluniosa acusação de pretender aquela nação se apossar de territórios da terra brasileira.

Ainda em 1915, Raul Darcanchy fez publicar “O pan-germanismo no Sul do Brasil”. Natural do estado do Paraná, o autor era também membro da Liga Brasileira pelos Aliados e da Associação de Imprensa. Havia anos que Darcanchy desfechava virulentas críticas contra os teutos e descendentes que viviam no estado de Santa Catarina através de jornais do Paraná e da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Os textos publicados visavam a dois objetivos: 1) despertar a atenção dos poderes públicos nacionais para os processos irritantes do alemunismo no Sul do Brasil; e 2) dar combate à miopia profundamente deplorável dos que negavam a existência do “perigo alemão”, induzidos por mero sentimento de afetividade à raça germânica (DARCANCHY, 1915. p. 7).

Alemães, para ele, não seriam somente os nascidos na Alemanha, mas também os seus descendentes até a terceira ou quarta gerações. Suas opiniões vêm envenenadas pela Guerra que ocorria na Europa e pelo conflito pela posse de uma vasta região, chamada de Contestado, reivindicada e disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Denuncia que em determinadas regiões do estado catarinense ter-se-ia criado uma pequena Germânia. Em Joinville, Blumenau, Brusque, São Bento, Oxford e muitas outras localidades “nossos patrícios têm uma situação idêntica a dos polacos na Polônia alemã.” Os alemães são acusados do extermínio dos índios no Estado; de se apoderarem do Tayó^{vii} pela força; de armarem e de comporem as forças dos “bandoleiros fanáticos”, isto é, dos crentes seguidores

do monge João Maria e do seu movimento messiânico; de ocuparem a maior parte dos cargos administrativos das cidades; de constituírem a maioria dos eleitores em determinados municípios; e de manterem escolas de onde saíam sucessivas gerações de súditos germânicos, tão autênticos quanto os que haviam deixado o cordão umbilical na Prússia.

Pode-se afirmar que esta esquisita espécie de *brasileiros* constitue o grosso das populações allemãs em Santa Catarina. Ela forma o commercio, a industria, os clubs de diversão, o eleitorado os batalhões de atiradores, a opinião no seio da colônia e a imprensa pangermanista estadual. (DARCANCHY, 1915, m p. 13)

As sociedades de atiradores existentes no Estado não eram, para Darcanchy, outra coisa que não batalhões de atiradores. Sob o disfarce de associações de tiro teuto-bresileiras, elas, no seu conjunto, constituiriam um perfeito exército colonial prussiano. Exerceriam função estratégica para o aumento dos domínios coloniais da Alemanha imperialista.

Esse modelo de organização militar, creada e mantida pelos allemães, é, quiçá, a mais audaciosa obra do pan-germanismo levada a effeito naquella porção do território nacional. Nada falta para lhe dar o character, que effectivamente tem de há muito, de *tropas de desembarque já desembarcadas* no sul do Brazil: quartéis, fardamentos, espingardas, disciplina prussiana e até campos para manobras.

Cada batalhão tem, em média, de 200 a 300 soldados, possuidos em alto grau do espirito de raça, que é aliás, o mais notável característico dos allemães e seus descendentes.

[...] no Brazil meridional já existe, de facto, um exercito composto de reservistas allemães, respeitavel pelo numero e pelas qualidades thecnicas.

E esse exercito, segundo lh'o indicarem as circunstancias de momento, subordinas às que actuarão de além-Rheno, poderá ocupar vantajosamente as melhores posições estratégicas da região, antes que o façam as tropas nacionaes. (DARCANCHY, 1915, p. 28-29)

Os allemães no Brasil, de Crispim Mira, opúsculo laudatório do trabalho da população de ascendência germânica no Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina, e de combate à tese do “perigo tedesco”, aparece em 1916, portanto ainda durante a Guerra. O autor inicia enfatizando que, numericamente, a população de origem alemã não deveria constituir motivos de apreensão no Brasil. Seriam somente 380 a 400 mil para cerca de um milhão e 500 mil italianos e 23 milhões de brasileiros. Ao argumentar que todos os povos – antigos e modernos – tiveram na construção de sua grandeza o concurso de estrangeiros de várias procedências, enaltece a contribuição dos seis milhões de alemães natos e 25 milhões de origem, para o desenvolvimento industrial, comercial, agrícola e cultural dos Estados Unidos. Salienta que naquele país, não obstante o amor demonstrado pela pátria avoenga, os descendentes de alemães não nutriam qualquer desejo de deixar de serem americanos.

No que tange ao Brasil, assevera haver muitas acusações que, de tanto repetidas, tornaram-se admitidas como verdadeiras por um grande número de pessoas. Admite que o alemanismo seria, de fato, uma realidade no Sul do país enquanto manutenção dos costumes germânicos, mas jamais como atentado à integridade nacional.^{viii} E o colono alemão, mesmo conservando alguma coisa da pátria mãe, se constituiria no “tipo ideal, o colono inteligente e progressista que desde logo se fixa no paiz” (MIRA, 1916, p. 9). Ele não pensaria na Alemanha, senão pela saudade e pelo respeito que sempre se tem pela pátria de nascimento ou de origem. Registra que os alemães do Sul estavam, então, apenas na sua segunda geração e que, embora fizessem uso, em geral, da língua materna e mantivessem em suas casas retratos da família imperial alemã, de Bismarck e de Moltke, e cultivassem cantos patrióticos em suas associações, já começavam a ser brasileiros. O abasileiramento completo somente viria com o passar do tempo.

O poder público é criticado por Mira por deixar, em geral, sem escolas as regiões coloniais. Quanto às acusações várias vezes veiculadas em jornais de que os alemães não se deixavam abasileirar e que chegavam, inclusive, a redigir em alemão as atas de algumas municipalidades de Santa Catarina, afirma serem estas absolutamente descabidas. O caso das atas municipais seria uma lenda que a intriga política criara. O fato, uma mentira comprovada, teria ocorrido entre 1880/81 na Câmara Municipal de Joinville (MIRA, 1916, p. 30-31).

Um ano depois, em 1917, era traduzido para a língua portuguesa “O plano pangermanista desmascarado”, do francês André Chéradame. Essa obra, prefaciada por Graça Aranha, a exemplo de tantas outras de caráter claramente francófilo, deve ter influenciado a intelectualidade do centro do Brasil, mais enfaticamente a do Rio de Janeiro, que então era o tambor do Brasil, a caixa de ressonância, o *locus* privilegiado da consagração de autores.

O objetivo da obra era denunciar e vulgarizar o plano pangermanista, isto é, a união dos povos germânicos em um Estado único, e as supostas pretensões do Império de Guilherme II de anexar territórios na Europa Central (onde seria formada a Confederação Germânica), África e América do Sul. Segundo o autor, o plano pangermanista teria assentado suas bases no ano de 1895 e se fundamentava no exato conhecimento que os alemães haviam adquirido dos problemas políticos, etnográficos, econômicos, sociais, militares e navais, não só da Europa, mas do mundo inteiro (CHÉRADAME, 1917, p. 46).

A guerra então em curso na Europa teria, para Chéradame, apenas uma única profunda e longínqua causa: a vontade que o *Kaiser* tinha de realizar o plano pangermanista.

Quanto à América Latina, afirma que desde o ano de 1900 os alemães residentes no Brasil e na Argentina começaram a ser agitados e manobrados pelas sociedades pangermanistas. Especialmente o Brasil Meridional seria há muito cobiçado pelos interesses alemães.

De ha muito que os allemães concentram os seus exforços colonisadores especialmente em tres Estados brasileiros: Paraná (60.000 allemães), Santa Catharina (170.000) e Rio Grande do Sul (220.000). N'estas ricas provincias, os allemães, conservando a lingua, as tradições, os prejuizos da metrópole, são senhores quasi absolutos. Ha 47.000 apenas que são abertamente cidadãos do Imperio allemão. Os demais, isto é, 400.000 são aparentemente subditos brasileiros, mas em virtude da lei de Delbrück, uma consideravel parte d'elles, ficaram sendo ou tornaram-se de novo dedicadissimos subditos de Guilherme II. [...] Depois do começo da guerra europeia, o jogo dos allemães do Brazil foi-se desmascarando progressivamente, e acaba de se verificar que as suas numerosas sociedades de tiro eram, na realidade, sociedades de organização militar a tal ponto perigosas, que se reconheceu a necessidade de as desarmar. (CHÉRADAME, 1917, 294-95)^{ix}

O autor nitidamente superdimensiona na obra o real poder e a influência que teve a *Alldeutcher Verband*, ou União Pangermânica, na difusão da sua ideologia. De acordo com o historiador inglês Edward McNall Burns (1981, p. 837), embora a Liga fizesse muito barulho, dificilmente poderia alimentar a pretensão de representar a nação alemã. Em 1912, não contaria com mais de 17 mil membros e as suas violentas críticas dirigidas ao governo eram mal recebidas por muita gente. Por outro lado, Chéradame cala-se completamente no que diz respeito ao revanchismo francês, ao paneslavismo e à dominação de povos, nos continentes africano e asiático, levados a cabo pela Inglaterra e pela França para a constituição de seus impérios coloniais.

Em 1920, aparece *À margem do tempo*, de Waldir de Niemeyer. Retomando concepções de meio e “raça” e outros argumentos já utilizados por Romero, a obra, além de criticar o tipo de colonização de “núcleos isolados” levado a cabo no Sul pelos governantes do Império e da República brasileira,^x mostra preocupação com a imigração asiática. Defende, ainda, como força de trabalho, a utilização do elemento nacional que vivia espalhado pelos imensos sertões dos estados nortistas, periodicamente flagelados pelas secas. E, embora tivesse consciência de que a imigração fosse necessária para o robustecimento do país e o crescimento da nação, entendia que uma conveniente seleção e localização dos imigrantes se faziam necessárias a fim de que não se desfigurasse a alma nacional.

O fantasma apavorante do “perigo alemão” havia, por essas épocas, arrefecido. Afinal, a Alemanha havia perdido a guerra, sofrera um duro golpe com o Tratado de Versalhes e amargava uma profunda crise social, política e econômica. Não obstante tudo isso, alertava que a situação dos alemães do Sul do país continuava a ser exatamente a mesma de outros tempos, e que permaneciam constituindo um quisto de difícil extirpação.

Profetiza que a Alemanha não estava morta e que seu virtual reerguimento traria de volta aquele fantasma.

Com relação à imigração, para evitar a repetição dos erros do passado, quando o desenvolvimento de “núcleos isolados” havia sido estimulado pelos governantes, propõe um programa fundamentado em três pontos:

Primeiro, na distribuição de imigrantes, tendo em vista afastar o estabelecimento de novos nucleos isolados; segundo, na criação de escolas nacionaes obedecendo ao methodo adaptado aos Estados Unidos e que foi a melhor obra de assimilação para o elemento estrangeiro no exemplar paiz; e terceiro, finalmente, no serviço militar obrigatorio, quando puder offerecer maior ambito e alcançar a todos os cidadãos por classes. (NIEMEYER, 1920. p. 52)

Um novo esforço, destinado a reverter a opinião pública brasileira contrária à Alemanha, aconteceu uma vez terminada a Primeira Guerra Mundial. Germanófilos como, por exemplo, João Dunshee de Abranches Moura, Mário Pinto Serva e Amílcar Salgado dos Santos, empenharam-se, através da imprensa, na defesa de posições alemãs.^{xi}

Mário Pinto Serva em, *A Alemanha caluniada*, acusa Poincaré, o plenipotenciário francês, como responsável maior pela eclosão da hecatombe de 1914. A responsabilidade pela eclosão do conflito não teria cabido nem ao povo alemão, nem ao seu governo, mas sim a um conluio criminoso em que teriam tomado parte os governantes franceses, partidários da desforra,^{xii} e os governantes paneslavistas russos, desejosos de estabelecer sua supremacia nos Bálcãs.

No que tange ao sentimento pró-aliados e antigermânico existente no Brasil, explica que os brasileiros são colonos mentais franceses. Têm, por decorrência, “uma opinião errada sobre os fatos europeus. A razão é simples: em 100 brasileiros, seguramente 99 sabem francês e apenas um sabe alemão ou inglês. De modo que nós brasileiros intelectualmente somos colonos da França. Só lemos livros, jornais e revistas francesas e assim todas as nossas fontes de conhecimento a respeito da guerra européia são absolutamente suspeitas” (SERVA, [s/d.], p. 46). Seria esta a razão pela qual todos seriam francófilos no país.

Ataca também a Agência Havas que, através de seus telegramas, teria alimentado a publicidade e a propaganda mais torpe e imbecil contra a Alemanha. Para Serva, a “Havas não faz senão propaganda do ponto de vista francês, encheu o mundo inteiro de todas as invencionices engendradas no cérebro dos energúmenos que dirigem a política francesa” (SERVA, [s/d.], p. 96). Teria sido em consequência dessa propaganda feita durante os quatro anos de guerra, e mesmo depois de ela finda, que o mundo ficara inundado por mistificações

grosseiras, fato que aumentara os preconceitos contra a Alemanha. Alega que a imprensa paulista estaria ludibriando completamente o povo sobre a situação européia, na medida em que só publicava notícias recebidas de agências de serviço do governo francês.

Defende a imediata e definitiva suspensão de qualquer indenização e reparação de guerra da Alemanha, seja para a França, seja para a Bélgica. A política de reparações e o saque teriam desgraçado a Alemanha, onde multidões operárias agora vagueavam famintas. A França, no intuito de aniquilar a Alemanha, estaria arrastando ao caos a Europa inteira e, mesmo, prejudicando os parceiros comerciais da Alemanha, dentre os quais o Brasil.

Em 1931, o capitão do exército brasileiro Amílcar Salgado dos Santos reúne uma série de escritos e faz publicar *Brasil-Allemania*. A defesa da Alemanha na guerra havida entre 1914 e 1918 é feita na primeira parte do livro. Na segunda parte, são enfatizadas as relações diplomáticas entre as duas nações e a contribuição dada por alemães e descendentes na política e no exército brasileiro.

O autor menciona que, ao viajar pelos estados do Paraná e de Santa Catarina no ano de 1917, havia constatado que nas áreas de colonização germânica só se falava o alemão. Ali só existiam escolas alemãs, igrejas, associações, estabelecimentos comerciais, sociedades de tiro, tudo de alemães. Até mesmo documentos oficiais de nascimento, casamento e óbito seriam registrados em alemão. Conclui que a responsabilidade por tais fatos não seria dos colonos, muito menos do governo alemão. A culpa seria dos governantes brasileiros que deixavam aquela gente no mais completo abandono. Os habitantes daquelas áreas somente procurariam satisfazer as suas necessidades:

[...] não havendo lá escolas onde seus filhos pudessem aprender a ler, escrever, etc., sendo o povo allemão bastante amigo da instrucção, lançavam então aquelles habitantes daquella zona mão do que estava ao alcance, isto é, ensinavam o allemão; não havendo então funcionarios brasileiros ou então quem soubesse escrever em portuguez, lançavam seus documentos officiaes em allemão; sendo os allemães amigos da instrucção physica, dos esportes, do militarismo, fundavam então linhas de tiro; sendo os allemães cultores da Historia Pátria, não havendo escolas onde ensinassem a Historia do Brasil, ensinavam a seus filhos a Historia da Allemania, quem tinha sido Frederico – o Grande, Kant, Bismarck, Moltke, etc. (SANTOS, 1931, p. 249)

Quanto ao “perigo alemão”, afirmou tratar-se de uma calúnia contra os colonos teutos aos quais se devia o grande desenvolvimento dos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, assim como de outros lugares do Brasil, como do Estado do Espírito Santo. E, considerando que os alemães são tidos como um povo de ótimas qualidades de coração e caráter, argumenta que somente poderiam concorrer para a sadia formação da

nacionalidade brasileira. Defende, por isso mesmo, a infiltração em massas numerosíssimas de colonos alemães no Brasil.

Gilberto Freyre, em *O mundo que o português criou*, fundamentado em Pascal, defendeu que o indivíduo torna-se brasileiro pela razão, pela inspiração ou pelo costume, sendo, entretanto, grande o número de pessoas que se nacionaliza principalmente pelo costume ou pela prática. Ao referir-se a uma viagem ao extremo Sul do Brasil – onde estivera no final da década de 1930 –, afirma ter-se impressionado com certas evidências de abasileiramento, “do alemão e de outros colonos, pelo gesto, pelo rythmo do andar, pela pratica de actos tradicionalmente brasileiros” (FREYRE, 1940, p. 33). Ou seja, o alemão ou o italiano começavam a se abasileirar pela prática de uma série de pequenos atos típicos dos brasileiros. No Rio Grande do Sul, isso se materializava ao se vestirem à gaúcha, ao sorverem o mate, ao trajarem o ponche e ao calçarem botas. Nesse mesmo Estado e no de Santa Catarina, ao comerem com gestos nortistas a feijoada entre goles de aguardente, ao calçarem o tamanco, ao usarem o palito para limpar os dentes e quando as mulheres colocavam a chinela baiana nos pés. Esses atos pequenos teriam rico significado sociológico. Exemplifica que a cidade de Blumenau, não obstante parecer tipicamente alemã pelo tipo de casas e pelas pessoas, quem observasse o ritmo de andar das pessoas observaria que aqueles moradores, pelo andar, pelo gesto e pelo ritmo, não eram mais alemães, mas brasileiros.

Como ideólogo do lusitanismo, Freyre é contrário à prevalência do idioma alemão ou italiano sobre o português em qualquer região do país. Mas acredita ser salutar o contato da cultura luso-brasileira com as culturas trazidas pelos imigrantes das diversas nacionalidades. Essas funcionariam como um estímulo para o progresso e desenvolvimento da primeira, a qual não deveria fechar-se na sua cultura tradicional luso-brasileira.

Já no transcurso da Segunda Guerra Mundial, Carlos de Souza Moraes fez publicar *A ofensiva japonesa no Brasil*. Embora o objeto de estudo fosse a imigração asiática, mais precisamente a nipônica, há passagens no livro que se referem à imigração em geral. Adepto do regime implantado por Getúlio Vargas no Brasil, Moraes tece elogios ao sistema de quotas de imigrantes implantado com a promulgação da Constituição de 1934 e mantida pela Carta Magna outorgada de 1937. Para ele, no período colonial brasileiro, o fechamento dos portos para o comércio internacional e a proibição do ingresso de colonos estrangeiros teria permitido a formação de uma base racial mais ou menos definida no território nacional. Contudo, a partir de 1808, com a abertura dos portos, teria sido permitida a formação de quistos raciais, em virtude da entrada desordenada de grandes levas imigratórias, que eram instaladas à margem das questões de ambientação. Como decorrência dessa prática, colônias

alemãs e italianas haviam ficado esquecidas pelos poderes públicos, vivendo isoladas à sua maneira. Mais tarde, quando ideologias racistas fizeram apelos em favor de sua pátria de origem pelo rádio e por emissários, teriam as populações dessas colônias sido seduzidas, pelos sentimentos que ainda as ligavam fortemente à tradição de seus ancestrais, a aderirem a essas causas.

Defende o autor que o que se tinha feito no Brasil até então não era exatamente colonização, e sim povoamento:

O que se vinha fazendo, antes de 1930, era ‘povoamento’ e não ‘colonização’; era a constituição de ‘ilhas étnicas’, mediante o ingresso de fortes correntes alienígenas, sem possibilidade do necessário caldeamento e assimilação; era, em última análise, o estabelecimento de grupos heterogêneos, que não propiciariam a homogeneidade de que precisávamos, mas permitiriam o surgimento das pequenas minorias, hoje tão em evidência e que serviram de pretêsto para guerras de conquista. (MORAES, 1942, p. 231)

O ALEMANISMO NA LITERATURA BRASILEIRA

A colonização alemã constituiu também o pano de fundo de algumas obras da literatura gaúcha e brasileira. Jean Roche, no prefácio de “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul” chamou a atenção para o fato de a saga da imigração germânica ainda não ter sido fixada em romance da literatura brasileira. Antecederam a publicação do geógrafo francês, *Canaã*, de Graça Aranha, *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, *Longe do Reno*, de Bayard Mércio, e *As vítimas do Bugre*, do padre Matias Gansweidt. Sucederam a tese de Roche *Tempo de solidão*, o primeiro volume da inacabada trilogia *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, impresso em 1972. O segundo volume da trilogia, *Tempo de Guerra*, apareceu em 1975. O terceiro, que deveria versar sobre o episódio dos *Muckers*, não chegou a ser escrito por Guimarães. Essa tarefa coube a Luiz Antônio de Assis Brasil que em *Viderias de cristal* – livro não por acaso dedicado à memória de Josué Guimarães – narra os acontecimentos que envolveram os seguidores de Jacobina no Ferrabrás. Valesca de Assis, em 1989, estreou na literatura com a novela *A valsa da medusa*, cujo ambiente é a colônia provincial de Santa Cruz lá pelo ano de 1858. Iluminada pela viagem do médico e cronista alemão Robert Avé-Lallemant à Colônia e pelo romantismo do “Werther”, de Goethe, a obra ficcionista trata da paixão de Tristan Waldvogel e Pauline Eick, que são os personagens centrais.

Os três primeiros autores possuem obras que podem ser enquadradas na discussão sobre o “perigo alemão”, razão pela qual serão aqui resenhadas. Já os demais livros, a não ser que se tome aqui ou ali algumas passagens específicas, não podem ser perfilados neste debate. Embora sua leitura seja importante para quem trate da colonização alemã, por fugirem do escopo desse trabalho deixaram de ser analisados.

GRAÇA ARANHA

José Pereira de Graça Aranha nasceu em 1868 em São Luís, Maranhão, de família rica e culta, ou conforme Gilberto Freyre (1971, p. 146), “nasceu em sobrado. Cresceu em casa fidalga”. Estudou direito no Recife, formando-se em 1886. Foi lá que na sua adolescência o menino maranhense teria sido atingido até as suas raízes “pela maior força germanizante que já se fizera sentir nas letras brasileiras: a da Escola do Recife dominada pela figura carismática de Tobias Barreto” (FREYRE, 1971, p. 141).

Em 1890, foi nomeado para o cargo de juiz municipal na recém-criada comarca de Porto do Cachoeiro, Espírito Santo, onde atuaria por um período inferior a quatro meses. Em 1897, mesmo sem ter publicado livros, entrou para a recém-fundada Academia Brasileira de Letras, da qual se desvincularia em 1924. Em 1900, entrou para o Itamarati, passando a integrar várias missões diplomáticas em diferentes países. Em 1902 – exatamente no mesmo ano em que apareceu *Os sertões*, de Euclides da Cunha –, publicou, com grande sucesso editorial, a sua mais importante obra, *Canaã*. Ela é em boa parte resultante de dados que colheira durante os meses em que exercera a magistratura no interior do Estado capixaba.

Canaã foi um livro bastante lido e debatido pela elite cultural brasileira até a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Mais tarde é que passou a ser considerada obra de literatura medíocre. Para Freyre (1971, p. 149), *Canaã*.

É romance fora das convenções novelescas ou romanescas. Falta-lhe enredo. Falta-lhe, por vezes, arte. Sobra-lhe, outras vezes, sociologia; e esta, em certos passos, um tanto precária. Mas ninguém o suponha livro sem qualidades de permanência literária, só por ter se exagerado o autor em sua preocupação com um problema, em alguns dos seus aspectos, efêmero; e ligado a uma presença alemã no Brasil que poderia vir a comprometer a continuação de um Brasil, além de “inferiormente lusitano”, na origem “inferiormente mestiço e negróide”, em parte considerável da sua população e da sua cultura.

No romance, Graça Aranha denuncia as extorsões praticadas pelos detentores do poder político e judiciário do município contra a população de origem germânica, os

preconceitos existentes e o racismo. Como personagens principais da trama aparecem Milkau e Maria Perutz. O cenário é a colônia imperial de Santa Leopoldina, no Espírito Santo.

O tema sentimental que torna mais agradável e digerível o conteúdo do livro é a tragédia que passa a envolver a vida da jovem colona Maria Perutz. Skidmore (1976, p. 128) chama a atenção que esse drama, entretanto, não se constitui no cerne da obra. A grande questão formulada por Graça Aranha dizia respeito ao seguinte fato: “poderia um país tropical, luxuriamente dotado pela natureza, tornar-se um centro de civilização pela fusão de correntes imigratórias formadas de europeus e mestiços brasileiros?”

Milkau e seu companheiro Lentz eram dois imigrantes alemães que resolveram se radicar na zona rural da colônia, recebendo, para tanto, um prazo colonial no local denominado Rio Doce. Eles, entretanto, não provinham das camadas sociais de onde se originava a massa dos imigrantes. Milkau era oriundo de Heidelberg, sendo filho de um professor instruído de colégio. Havia, antes de resolver emigrar, se formado em uma universidade e exercido a atividade de crítico literário em um jornal de Berlim. Idealista e contemplativo, abandonara a sua terra natal por desiludir-se com a Europa, uma civilização excessivamente presa ao passado e orientada por valores decadentes. Viera para o Brasil em busca de um novo mundo acreditando que a integração harmoniosa entre os povos ainda seria possível. Como colono esperava encontrar uma vida estável e livre na sua Canaã, onde pretendia ser um homem humilde vivendo entre gente simples.

Esse personagem idealista, fraternalista, tolstoiano e goetheano (FREYRE, 1971, p. 150) é, na realidade, um ser humano bom e dócil que acredita que o progresso se fará em uma evolução constante e indefinida. Nos diálogos que trava com Lentz e com o juiz municipal, Dr. Paulo Maciel, é possível depreender que, para ele, o progresso só se dá quando os povos se misturam:

Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da História é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. Se não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adiantados com populações atrasadas, a civilização não teria caminhado no mundo. E no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. (ARANHA, 2002, p. 263)

Logo, Milkau julgava ser a miscigenação um processo positivo capaz de levantar o potencial cultural e cívico do Brasil. A jovem República, conseqüentemente, teria possibilidade de almejar um futuro glorioso. Esse discurso atribuído ao personagem Milkau é, na realidade, a expressão do ideal de branqueamento, que se fundamenta na pressuposição

da superioridade de uma raça e na paulatina absorção das consideradas inferiores (SIDMORE, 1976, p. 128).

Lentz, filho de um general alemão, abandonara seus estudos universitários, sua posição, família e fortuna por não querer casar-se com a filha de um amigo de seu pai. Lentz, também um evolucionista como Milkau, diferentemente deste fazia a apologia da superioridade germânica, enaltecendo o triunfo dos arianos sobre os mestiços. Ele é um defensor do pensamento racista ortodoxo do seu tempo. Não aceitava que, da fusão com espécies radicalmente incapazes, resultasse uma raça sobre a qual se pudesse desenvolver a civilização. Como um homem de ação que julgava que a vida era luta e crime, via com orgulho a perspectiva da vitória e do domínio de sua raça no Brasil. Lentz era a figura que sonhava com o pairar da águia negra da Germânia sobre a terra do Brasil.

A crítica à preservação do idioma alemão nas colônias aparece em vários trechos do livro. Em um deles, o agrimensor cearense, Felicíssimo, observou:

– Olhe, não se admire desses homens que estão aqui há um ano ou pouco mais. Há gente na colônia, entrada há mais de trinta anos, que não fala uma palavra de brasileiro. É uma vergonha! O que acontece é que os nossos tropeiros e trabalhadores todos falam o alemão. (ARANHA, p. 83)

Maria Perutz era filha de imigrantes alemães. O pai morrerá ao chegar ao Brasil e a mãe empregara-se como criada na casa de Augusto Kraus, colono estabelecido em Jequitibá. Na sua infância, Maria perdera também sua mãe. Vivera sob a proteção de Augusto até este falecer, sendo criada praticamente como irmã de Moritz, neto do velho Kraus e filho de Franz e Ema. Com o falecimento do velho Augusto, a situação de Maria piora muito. Temendo uma ligação amorosa entre Moritz e Maria, e no intuito de casá-lo com a rica Emília Schenker, os pais mandaram o filho para outra colônia, longe de Jequitibá, onde o alugaram como trabalhador. Acontecia, entretanto, que a essas alturas os dois jovens já eram amantes.

Maria assistiu com frustração a passividade do amado em cumprir os planos arquitetados pelos pais. Grávida, e sem ter como contatar com Moritz, foi levando uma vida triste e miserável na casa dos Kraus até o dia em que foi obrigada a deixar o teto em que crescera e vivera até então. Desamparada, procurou em vão abrigo na casa do pastor da localidade. Os demais colonos, tomando-a por louca, enxotaram-na. Finalmente, foi encontrar um miserável abrigo numa estalagem de Santa Teresa. Ali foi encontrada por Milkau que não conseguira esquecer da colônia desde a conversa que haviam tido num baile

realizado no sobrado dos Müller. Auxiliou-a levando-a para a casa de uns colonos a fim de trabalhar como empregada. Mas também ali a moça foi tratada com desdém.

Certa feita, trabalhando solitariamente no cafezal, Maria sentiu as primeiras contrações do parto. Temendo voltar para casa e ser maltratada, afasta-se para entrar em serviço de parto debaixo de um cajueiro. Alguns porcos que estavam no local precipitaram-se sobre os resíduos sangrentos de Maria expostos pelo chão e sobre seu filho, que não resistiu às primeiras dentadas dos animais. Nesse ínterim, chegou ao local a filha dos patrões que, vendo a cena, deduziu que Maria tivesse matado o seu bebê e o lançado aos porcos.

Em breve Maria estava presa na cadeia do Porto do Cachoeiro. Horrorizada, a população germânica da localidade exigiu vingança contra a atitude imoral praticada por Perutz. Milkau, sabendo do ocorrido, ficou ao lado da jovem, passando a visitá-la regularmente na prisão, o que fez com que passasse a ser visto com desprezo e desconfiança pela população. Nas conversas entabuladas com o juiz municipal, Dr. Paulo Maciel, fica sabendo que não haveria final feliz para Maria que, irremediavelmente, seria condenada. Assim, numa noite, Milkau tirou Maria da prisão e com ela fugiu em busca de Canaã, a terra prometida, onde os homens vivem em harmonia.

Segundo o professor de Teoria Literária e Literatura Comparada, Flávio Kothe (2001, p. 113), em *Canaã* há dois enredos que se cruzam. Um seria a pseudo-história dos pseudo-imigrantes Milkau e Lentz. A outra, a pseudo-história da pseudobrasileira Maria Perutz, que é engravidada pelo namorado, que é filho de seus patrões, e que perde o filho no mato e é acusada de filicídio. “Através de ambas, Graça Aranha, sob a aparência de contar a história da imigração alemã, faz a sua difamação.”

No romance, ainda de acordo com Kothe, os teuto-brasileiros são apresentados como gananciosos, mesquinhos e safados, como se eles fossem, na média, piores do que a média de outros grupos étnicos. “A rigor não se reconhece neles nada positivo. Só servem para trabalhar e para servi.r” O objetivo do romance seria atingir toda a população de origem alemã do Brasil:

Que a ação de seu romance se passe no Espírito Santo, e não no Sul, não faz a menor diferença, pois os princípios organizacionais e éticos eram os mesmos. Na verdade ele queria atingir as grandes colônias do Sul, usando o exemplo de uma pequena colônia capixaba. A colonização alemã no Espírito Santo apenas reproduzia, em tamanho menor, a situação no Sul do país. (KOTHE, 2001, p. 114)

O que entra e o que não entra em seu romance teria passado por um filtro seletivo do seu autor. Nesse sentido, Kothe (2001, p. 116-17) estranha que:

Nem a Igreja nem a escola nem as organizações comunitárias desempenham qualquer papel relevante em seu enredo. Isso não acontece por acaso. E não só porque o autor provinha de uma estrutura sem escolas, hospitais e clubes comunitários, que, desde o começo, estiveram presentes em zonas coloniais teutas.

Graça Aranha teria projetado para dentro da comunidade teuta o que era típico do senhorio latifundiário luso-brasileiro. Ainda que eventualmente possam ter acontecido casos particulares, abandonar mulheres grávidas não era algo aceito entre comunidades alemãs. Outro fator apontado é que entre os alemães os trabalhos domésticos eram feitos pelos próprios membros da família, não existindo praticamente empregados, criados e peões no lote colonial. Quando existia um membro agregado, ele era considerado um membro igualitário na família. Nada idêntico ao caso de Maria Perutz que foi descartada quando conveio.

Conforme constatado por Gilberto Freyre (1971, p.151), Graça Aranha, a exemplo de Silvio Romero, de um germanizado discípulo de Tobias Barreto na sua mocidade, na sua idade madura passou por uma total reversão e se tornou um germanóforo e adepto do “perigo alemão”

[...] estes repeliram o germanismo representado pelo culto da violência à maneira de Lentz, tendo Graça Aranha ido ao extremo oposto de identificar, no conflito 1914-1918 – a causa da própria “Civilização” com a França e a Grã-Bretanha, com a Europa germânica tida como um reduto supertécnico da “Barbárie”.

No ano de 1917, ao prefaciar a edição portuguesa do livro de André Chéradame, “O plano pangermanista desmascarado”, Graça Aranha tem um posicionamento amplamente favorável à causa da Entente no conflito e visceralmente contrário à da Alemanha. Qualifica os alemães como sendo, historicamente, um povo de rapina e de invasão e a Alemanha de procurar germanizar o mundo pela imigração pacífica, pela expansão econômica ou pela guerra.^{xiii} O pangermanismo, um plano de dominação do mundo elaborado depois de 1870 pela Prússia guerreira, seria, portanto, a fusão da dominação do Estado militar e da dominação econômica.

A respeito do suposto interesse alemão pelos territórios do Brasil e da América Latina, povoados por populações de ascendência germânica, apresenta, no final de sua exposição, uma série de excertos de obras para reforçar a tese do “perigo alemão”. Desses, o mais significativo é um mapa extraído do livro de R. Tannenber, no qual o Sul do Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Paraguai deveriam constituir uma Alemanha Austral. Em

contrapartida, o Império alemão consentiria em deixar para a Inglaterra o restante do Brasil, o Peru e a Bolívia e, para os Estados Unidos, o resto do continente.

O governo brasileiro é acusado por Aranha (1917, p. XXVIII) de nunca ter percebido e de sistematicamente ter negado o “perigo alemão”. A doutrina oficial “foi de que o perigo allemão era uma phantasia da imaginação de romancistas e publicistas.” A imigração alemã, tachada de invasão pacífica, se constituiria, não obstante, em um perigo iminente para os interesses do Brasil já que

A massa de allemães aglomerados em zonas de territorio occupadas exclusivamente por elles constitue um perigo imminente, pois a influencia de novos immigrants, vindos da Allemanha e possuidos do espirito pangermanista, nos antigos colonos é uma ameaça permanente para o paiz, desapercibido de elementos de defesa. Ao lado dessa força latente, ha a actividade dos banqueiros, dos negociantes, verdadeiros agentes politicos, que pelos seus methodos, commerciaes se applicam infatigaveis ao trabalho da absorção economica do Brasil pela Allemanha; ha o zelo dos consules que se insinuam no interior do paiz; os professores de lingua allemã nas colonias e nas zonas germanicas do territorio brasileiro; os viajantes e uma chusma de individuos que por toda parte zumbem apregoam, intrigam, remexem e esgaravatam na afanosa lida de preparar o terreno da Alemanha Austral. (ARANHA, 1917, p. XXI)

No que diz respeito à grande guerra em curso, defende o rompimento das relações do Brasil com a Alemanha e a imediata declaração de guerra àquela nação. Com a guerra, os alemães seriam juridicamente inimigos dos brasileiros e, uma vez esta finda, o Brasil importaria como quinhão de sua vitória a proibição da imigração alemã. Se assim não ocorresse, terminado o confronto bélico, os alemães viriam em ondas sucessivas ao Brasil, espalhando-se pelo seu território e tornando-se uma ameaça maior ainda de avassalamento do país e de dominação econômica e financeira.

Temos de resolver o povoamento do território dentro das forças da nossa nacionalidade, e de todas as raças que buscam o Brasil, a menos assimilável e a mais perigosa pelo seu poder de absorção é a raça allemã. [...]. O elemento allemão subsiste perigoso e repulsivo. O futuro da nacionalidade brasileira exige a parada dessa infiltração allemã [...]. Será uma medida de sabedoria prohibir no Brasil a invasão teutonica, que se prepara para se espalhar no mundo depois da guerra. (ARANHA, 1917, p. XXV e XXVI)

Entrando na guerra ao lado dos Aliados, o Brasil também teria reconhecimento político e diplomático e obteria vantagens econômicas e financeiras nos acordos interaliados. A neutralidade seria uma forma de suicídio do povo brasileiro. Nesse caso, “o nosso destino no mundo seria o da escravização financeira e econômica, a subalternidade internacional, a cousa, o ludíbrio, o pasto dos vencedores” (p. 27). A vitória da Alemanha ou a inércia do

Brasil diante do conflito teriam as mesmas conseqüências, ou seja, seríamos vencidos e submetidos.

VIANNA MOOG

Em 1939, um teuto-brasileiro, Vianna Moog, através do romance *Um rio imita o Reno*, desfechava mais uma contundente, mas realística, crítica ao germanismo existente no Rio Grande do Sul.

Clodomir Vianna Moog, advogado, jornalista, romancista e ensaísta, nasceu em São Leopoldo, RS, no ano de 1906, e faleceu, em 1988, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1925, matriculou-se na Faculdade de Direito. Um ano depois, passou no concurso de agente fiscal do imposto de consumo. Foi nomeado para o interior do RS, tendo servido, por dois anos, na cidade de Santa Cruz do Sul e por um, na cidade do Rio Grande.

Tendo tomado parte na campanha política da Aliança Liberal e na Revolução de Outubro de 1930, foi promovido para a capital, Porto Alegre. Apoiou, em 1932, a Revolução Constitucionalista. Depois de preso, foi servir por algum tempo nos estados do Amazonas e do Piauí. Foi anistiado em 1934, retornando ao seu estado natal. Antes de se fixar na capital, cumpriu estágio de um ano no município de Venâncio Aires. Com o golpe de 1937, foi forçado a interromper suas atividades políticas passando a se dedicar mais intensamente à atividade literária. Publicou, em 1938, o ensaio *Eça de Queiroz e o século XIX* e, no final do ano seguinte, o romance *Um rio imita o Reno*, pelo qual lhe foi conferido, ainda em 1939, o prêmio Graça Aranha. Em 1945, seria eleito para a cadeira número quatro da Academia Brasileira de Letras.

“Um rio imita o Reno” gira em torno da aculturação do elemento de ascendência germânica do Sul do Brasil. Na obra, o autor, além de prever o iminente desencadear da Segunda Guerra Mundial por obra do nazismo, também denuncia a penetração da ideologia nacional-socialista entre os teuto-descendentes gaúchos e prega a necessidade de nacionalização das populações das áreas de colonização germânica do Rio Grande do Sul. O polêmico livro que escreveu mereceu, por um lado, protestos da embaixada alemã junto ao governo brasileiro por ser considerado ofensivo ao III Reich. Por outro lado, teve grande acolhida junto ao governo do RS que, através da sua Secretaria de Educação, adquiriu grande número de exemplares da obra para a distribuição às bibliotecas escolares do Estado.^{xiv} Conjuntamente, a obra saiu no momento apropriado: estava-se, então, no início da

campanha de nacionalização ou de abasileiramento dos “quistos étnicos” estrangeiros existentes no interior do Estado brasileiro.

O personagem principal do romance social é Geraldo Torres, um amazonense de 28 anos de idade, cujo pai era um cearense que, fugido da seca nordestina, transformara-se em seringalista, e cuja mãe era uma índia amazonense. Graduado em engenharia no Rio de Janeiro, Geraldo deslocara-se para *Blumental*, cidade fictícia do interior do Rio Grande do Sul, banhada por um rio e ligada com a capital por uma estrada de ferro.^{xv} Aí assumiria o compromisso de supervisionar a construção de uma hidráulica junto ao rio que banhava a cidade para tornar potável a água a ser consumida e, dessa forma, livrar os moradores da cidade do flagelo da epidemia de tifo.

Em *Blumental* predominavam os alemães e seus descendentes com seus olhos azuis e cabelos loiros. Apenas porção minoritária da população era de origem luso-brasileira. Na cidade, as construções eram quase todas do tipo alemão. Nos letreiros e nas placas das casas comerciais, podiam-se ler nomes como *Apotheke*, *Schumacher* e *Bäckerei*. Em *Blumental* e arredores, os brasileiros de outras procedências étnicas, a exemplo de Geraldo e Armando, sentiam estar em outro país. Havia *Kerb*, desfiles de *ulanos*, jogo de bolão, diálogos no idioma alemão, comidas da culinária alemã como galinha assada, salada de batatas, repolho azedo, cuca, *schmier*, etc. sem deixar de mencionar que o chope era a bebida preferida. Até mesmo um *Heil Hitler!* ou – fato aparentemente inusitado – duas negras falando em idioma alemão, podiam ser escutados na cidade. Ou seja, *Blumental* dava a impressão de ser uma cidade do rio Reno extraviada em terra americana.

Os irmãos Kreutzer, com seus imensos armazéns, e a família dos Wolff, com seu curtume e sua fábrica de sandálias, eram os mais endinheirados do lugar. Politicamente, a exemplo da época da República Velha brasileira, o município era controlado por um major que se valia dos seus jagunços – os bombachudos – para manter o controle da situação.

O livro é a história de um amor contrariado pelo preconceito de “raça”. Geraldo se apaixona por Lore, filha dos Wolff. Sua paixão encontra correspondência, contudo sofre a objeção de *Frau* Marta. Os Wolff eram protestantes luteranos e, mais do que simpatizantes, eram admiradores do regime implantado na Alemanha por Adolf Hitler.

Frau Marta, mãe de Lore, com seu aspecto e ar de nobre prussiana orgulhosa de sua “raça”, não tolerava o flerte. Quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado. Geraldo Torres, para ela, era um negro. Não estava à altura de sua filha que havia de casar com um protestante filho de alemão, se possível com um alemão:

- Pois bem. Fica entendido. Não admito esse namoro. É preciso que saibas desde já, se não queres inferno dentro de casa... Vamos cortar isso pela raiz. [...]
- Não suporto a idéia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava.
- [...] Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. A raça nada tinha a ver com o lugar de nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, um negro. (MOOG, 1966, p. 143-44)

Para *Frau* Marta, mesmo a aliança firmada por Hitler com Mussolini era vista com reservas.^{xvi} Os italianos podiam ser superiores aos brasileiros, mas não estavam à altura dos alemães. Referindo-se ao pacto feito entre Hitler e Mussolini, mostrava certa desconfiança:

Se ela não estivesse convicta de que Hitler nunca errava, seria capaz de dizer que ele agira mal, fazendo essa aliança. Os italianos na Grande Guerra tinham traído. iam trair de novo. Se não traíssem, a Alemanha teria de dividir as glórias com a Itália, uma nação de vendedores de bilhetes e de vagabundos. (MOOG, 1966, p. 145)

Numa discussão de Karl, irmão de Lore, e Marta com o médico da família, Dr. Stahl – um alemão naturalizado brasileiro, plenamente integrado à vida nacional e ferrenho opositor do Major – ficam ainda mais claros os preconceitos raciais da família Wolff:

- Mas na Alemanha não há negros – contraponteu Frau Marta. – O doutor vai querer nos convencer que um negro é igual a um branco?
- E por que não? Se vocês pensam que a inferioridade deles vem da raça, estão enganados. Vem da escravidão, do regime em que viviam.
- O doutor conhece algum negro que preste?
- Uma infinidade. Os Estados Unidos estão cheios deles. Grandes escritores, grandes músicos, grandes cantores.

Karl, a exemplo de sua mãe, incorpora bem a figura de um germanófilo. Para ele, por exemplo, toda a riqueza do Sul do Brasil era produto exclusivo do trabalho alemão:

Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias no Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental de mera feitoria há cem anos, até o parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil. Tudo trabalho dos alemães, como dizia o pastor: “O que é o Sul do Brasil deve-o ao trabalho alemão. Se fizermos abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcaça. (MOOG, 1966, p. 121)

O preconceito de Karl aparece em várias oportunidades no livro. Referindo-se ao princípio de namoro de sua irmã com Geraldo, afirma: “– Já se viu para o que deu minha irmã?... Querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca...” (p. 146).

A presença do nacional-socialismo nas áreas coloniais é denunciada por Vianna Moog no romance. A necessidade de nacionalizar os descendentes dos imigrantes também aparece em diferentes considerações feitas ao longo do texto. Em uma dessas passagens, pode ser observado que em um *Kerb*, realizado em *Tannenwald*, cidade vizinha a *Blumental*, Hans Fischer, noivo de uma professora pública, e um seleiro da localidade vão travar o seguinte diálogo:

- No dia em que a colônia se nacionalizar por completo, eles não poderão mais vender os seus jornais e fazer propaganda política, por conta da Alemanha –olveu Hans Fischer.
- A *Volksstimme* de Porto Alegre é contra o nacional-socialismo – informa o outro.
- Por isso mesmo está lutando com maiores dificuldades. Tiraram-lhe todos os anúncios por ordem do Reich. O dono de uma confeitaria abriu falência e acabou se suicidando, porque os nazistas impediam a entrada de gente da colônia alemã em sua casa.
- Isso foi mesmo desaforo.
- Para eles –olveu Hans Fischer – todos os que têm sobrenome alemão, embora brilhem na medicina, na engenharia, no comércio, na indústria, passam a ser considerados maus elementos, renegados, traidores, desde o momento em que se integram ao Brasil. (MOOG, 1966, p. 175-76)

No romance, *Frau Marta*, que odiava judeus e que forçara uma aliança política dos Wolff com o Major em troca da saída do engenheiro da cidade, no final perde a pompa e vê o chão fugir-lhe dos pés ao saber, através do primo e médico Otto, que os Wolff também tinham sangue judeu. Seu marido era bisneto de um judeu.

Vianna Moog, ao longo de todo o livro, faz uma crítica bastante ponderada e nada exagerada à falta de integração do descendente germânico à cultura nacional. Não atribui às simpatias por Hitler e ao ideário nacional-socialista proporções maiores que as reais, não julgando o conjunto da população por uma parte. Nesse sentido, não invoca o famigerado “perigo alemão”. Através dos seus personagens, que têm posturas e posições distintas, parece retratar com certa fidedignidade aquilo que, à época, normalmente ocorria nas pequenas cidades de origem germânica do RS. O autor não é um antigermânico. Mostra ser, sobretudo, um patriota brasileiro.

Em um ensaio posterior bem mais conhecido – publicado pela primeira vez em 1954 – *Bandeirantes e pioneiros*: paralelo entre duas culturas, obra marcada nitidamente pela influência da ética protestante de Max Weber, Vianna Moog indaga a respeito da diferença de desenvolvimento econômico entre os Estados Unidos e o Brasil. Ali, em determinada altura da obra, chega a comparar, em vários aspectos, o desenvolvimento dos núcleos coloniais, principalmente alemão e italiano do Rio Grande do Sul, à formação e ao

desenvolvimento dos núcleos pioneiros dos Estados Unidos. E vai mais longe ao afirmar que, “para compreender o êxito da formação dos Estados Unidos, não há como estudar a formação das colônias do Rio Grande do Sul” (MOOG, 1954, p. 240).

BAYARD MÉRCIO

Bayard de Toledo Mércio, em *Longe do Reno*, objetivou dar uma resposta a *Um Rio imita o Reno*, de Vianna Moog. Natural de Venâncio Aires, RS, Mércio bacharelou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1938. Posteriormente, faria carreira enquanto juiz de Direito e professor de ensino superior.

Trata-se de um romance que tem como protagonista um médico sergipano de apenas 24 anos de idade, Mário Vasconcelos, que passara a exercer seu ofício no posto de higiene da cidade de Cruzeiro. Cruzeiro era uma pequena cidade fictícia do interior do estado do Rio Grande do Sul povoada, majoritariamente, por teuto-descendentes.

Os três primeiros meses passados pelo jovem doutor na localidade haviam lhe sido muito penosos. Mário, considerando-se “brasileiro da gema”, mostrava-se irredutivelmente hostil ao elemento de origem germânica. Mantinha-se isolado, não querendo contato com a população que, ao seu juízo, era formada por antipatriotas, isto é, alemã no idioma, nos costumes, na maneira de agir e no ideal. Sua opinião altera-se repentinamente quando se apaixona por Flávia, uma jovem de 17 anos, filha do industrial alemão Hugo e neta do Dr. Cardoso, um descendente da velha cepa açoriana.

No contato que vai tendo com a população local, Mário passa a compreender que no Brasil ainda não existe uma “raça” única:

Brasileiro, pelo que estou vendo e felizmente compreendendo, não é a resultante da cruz do negro, do índio e do português. É mais: é a fusão dessas raças ao alemão, ao italiano, ao árabe, e até ao japonês, com a mistura de seus costumes, de suas tradições e de suas línguas. (MÉRCIO, 1940, p. 112)

O autor do romance, através de um personagem, Dr. Alfredo Cardoso, velho morador da cidade que por mais de 30 anos exercera a advocacia e em duas gestões fora prefeito do município, justifica o isolamento inicial do elemento teuto-brasileiro em função do abandono a que o governo do país que o acolheu o havia relegado. “E aconteceu que eles formaram uma sociedade à parte, com costumes diferentes dos nossos, adotando até a língua do seu país de origem e transferindo-a a seus descendentes” (p. 127). Esse problema, que não teria

acontecido somente com os alemães, contudo, já estava superado pelos efeitos do tempo e da nacionalização.

O Dr Cardoso, em diálogo com Mário, argumenta que setenta por cento da população do Estado não eram de descendência alemã ou italiana, mas sim portuguesa, açoriana ou espanhola. Não obstante isso, os grandes comerciantes da região, os agricultores abastados, enfim toda a gente de destaque, entre eles eram noventa e cinco por cento do elemento não liberal, de origem alemã ou italiana. Seria necessário se preocupar com o restante da população que, também por negligência dos governantes, havia ficado sem escolas e sem higiene e, conseqüentemente, se enchido de doenças e de vícios perniciosos. Seria “esse povinho de fora, barrigudo, amarelo, humilde, incapaz de tudo, imprestável” (p. 129) que mereceria a atenção do poder público:

O que temos de fazer é trabalho igualmente importante. É trazer para o Brasil o nosso próprio elemento, é reerguer do lodo esse povo miserável, é tornar homens esses infelizes, dando-lhes saúde primeiro e depois instrução. É conduzi-los para as atividades sãs, para que eles possam também trabalhar para a grandeza do país, pois são um fardo pesado para os outros irmãos, nada produzindo e dando, além do mau exemplo, prejuízos consideráveis à nossa economia. (MÉRCIO, 1940, p. 131-32)

Assim, o livro de Mércio procura passar uma versão de que os teuto-descendentes estavam se integrando perfeitamente à comunidade gaúcha. Que a língua portuguesa já era falada por quase todos e que, a exemplo do casamento de Mário com Flávia, os Silva cruzavam-se às centenas com os Schwartz ou com os Butini.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritos que fizeram a defesa da Alemanha e dos alemães dos três estados sulinos tiveram ressonância muito limitada. Seus autores, além de se defrontarem com o “perigo alemão” no plano interno, tiveram que se debater com a campanha antigermanista no plano internacional em um ambiente envenenado pela corrida imperialista travada pelas nações mais desenvolvidas do Planeta e, a partir de 1933, com o regime de ultradireita implantado por Adolf Hitler na Alemanha.

Já as palavras de Sílvio Romero – e o mesmo se pode afirmar em relação às dos demais intelectuais que escreveram ao respeito do “perigo alemão” – parecem ter sido recebidas com um mexer de ombros, isto é, com indiferença e descrença, por parte dos

governantes. Como afirma Niemayer (1920, p. 14), elas eram interpretadas pelo mundo político como produto de jacobinismo estreito e exaltado, ou como injustificáveis temores de visionários. Pontua, entretanto, com muita propriedade Marionilde Magalhães (1998, p. 61) que, não obstante esses escritos não terem grande impacto no meio político, sua ressonância se fez sentir entre outros intelectuais, preocupados com a questão da nacionalidade.

Como foi tentado demonstrar ao longo do texto, alguns setores da sociedade brasileira, desde o final do século XIX, e, sobretudo, nos anos que antecederam a eclosão da Primeira Guerra Mundial, defenderam a assimilação acelerada dos assim denominados “quistos étnicos estrangeiros”. A assimilação compulsória, embora reivindicada por quase meio século, não foi colocada em prática nem na época do Império nem no período da República Velha (1889-1930). Foi somente no final da década de 1930, através da ditadura do Estado Novo, que essas idéias produziram eco (SEYFERTH, 1999).

“GERMANESS” AND THE “GERMAN MENACE” IN BRAZILIAN LITERATURE OF THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

In late 19th and early 20th centuries, german immigrants and descendants of germans established in southern Brazil started to defend an ideology of “germaness”, or germanity (Deutschum). The defense of this ideology, varied in intensity, has triggered reactions by the brazilian intelligentsia and government officials who were committed to foster a state and a national identity. These reactions were stronger and more visible during WW1 and WW2 and originated the myth of the “german menace”. The german menace was both a real or hypothetical sponsor, i.e., by german imperialism, which aimed to separate parts of the Brazilian meridional territories which should stay under german economical influence and be directly ruled by Germany. Throughout the current paper, we wish to focus on how this “germaness”, or germanity, and the “german menace” appear, i.e., are portrayed in some works by intellectuals of the first half of the 20th century, namely Silvio Romero, Graça Aranha, Vianna Moog and Bayard Mércio.

Keywords: German menace. Literature and history. Germaness.

NOTAS

- ^I Professor de História da UNISC, Mestre em História do Brasil pela UFPr e Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. E-mail: olgario@unisc.br
- ⁱ Dentre os latinos, os lusos eram seus prediletos. Posteriormente Gilberto Freyre se destacaria como sendo o maior ideólogo do lusitanismo.
- ⁱⁱ Sílvio Romero foi defensor da tese do branqueamento gradual da população brasileira através da mestiçagem. Para ele, embora com cruzamentos históricos diferentes, portugueses, espanhóis, franceses, italianos, alemães, ingleses, holandeses, noruegueses, suecos, polacos, russos, gregos e outros seriam meras variedades dos arianos, que seriam o tronco mais progressista a originar essas nacionalidades.
- ⁱⁱⁱ A primeira Guerra Mundial foi um confronto eminentemente imperialista em que se enfrentaram os países formadores da Tríplice Aliança, integrada inicialmente pela Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia, e os da Tríplice Entente, formada por França, Rússia e Inglaterra. No decorrer do conflito bélico, a Entente contou com o reforço da Itália (1915), Romênia (1916), Estados Unidos (1917), Japão e de muitas outras nações. O conflito se estendeu de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918.
- ^{iv} Segundo René Gertz, era Raimundo Bandeira que escrevia sob o pseudônimo Arbivohn.
- ^v “Nós, defendendo a grande e gloriosa Alemanha e os operosos alemães do Sul do Brasil fazemos-o com mão firme, pela admiração à inteligência fecunda e à operosidade manifestada incontestemente pelo importante e poderoso elemento do promissor progresso das bellas regiões em que elle assentou as suas tendas de trabalho.” (PORTO AÑEGRE, 1915, p. 27)
- ^{vi} Refere-se à disputa territorial em que o Brasil, no final do século XIX, se defrontou com a França na chamada Questão do Amapá. Após a descoberta de ouro na região, os franceses desejaram deslocar a fronteira de sua colônia na América do Sul, acertada no Tratado de Utrecht, de 1713, do rio Oiapoque para o Araguari, situado mais para o sul. A questão foi levada ao arbitramento da Suíça que deu ganho de causa ao Brasil. No caso da Inglaterra, faz menção a um episódio que provocou a indignação dos brasileiros. Trata-se da Questão da ilha da Trindade. Em janeiro de 1895, a Inglaterra ocupou a ilha da Trindade, situada ao longo da costa do Estado do Espírito Santo, e a incorporou ao seu Império. O fato desencadeou uma tempestade de protestos no Congresso Nacional, na imprensa e nas ruas. A ação diplomática exercida pelos governos do Brasil e de Portugal fez com que houvesse um recuo da Grã-Bretanha. Os rochedos da Trindade, no ano de 1896, voltaram ao domínio do Brasil. Ver a respeito: CALMON, 1961, p. 2042-43; VIANA, 1980, p. 578-80).
- ^{vii} O Tayó era uma vasta região do Contestado, então sob a jurisdição paranaense.
- ^{viii} Afirma (p. 8) que as belíssimas cidades de Joinville e Blumenau em nada diferiam, no feito e nos costumes, das pequenas cidades do interior da Alemanha, o que, entretanto, não as impedia de serem absolutamente nacionais.
- ^{ix} A lei Delbruck à qual faz menção Chéradame, é um dispositivo legal alemão datado de 22 de julho de 1913. Segundo essa lei, seria possível a um cidadão alemão manter sua nacionalidade de origem ainda que viesse a se naturalizar em outro país. Nesse caso, para não perder sua nacionalidade alemã, antes de ocorrer a naturalização, deveria solicitar à autoridade competente, a autorização escrita de conservar a sua nacionalidade. Registre-se que, no Brasil, os descendentes de imigrantes nascidos no país tornavam-se cidadãos brasileiros. Quanto aos naturalizados antes do advento dessa lei, inclusive os da grande naturalização havida quando da Proclamação da República, haviam perdido a cidadania alemã. Quanto às sociedades de tiro, existentes em todas as áreas coloniais alemãs do Sul do Brasil, na realidade não se constituíram em entidades militares ou paramilitares. Tinham tão-somente caráter desportivo-recreativo.
- ^x Era o mundo político e não os imigrantes os responsáveis pelo surgimento das aglomerações das correntes imigratórias. “Estabelecidos em localidades afastadas, onde não soffriam o contacto necessário e indispensavel das populações nacionaes, os allemães estavam impossibilitados de aprender a nossa lingua, de observar e adoptar os nossos costumes. Ante a política indifferentista permaneciam como bons súbditos de S. M. das bandas do Rheno.” (NIEMEYER, 1920. p. 18)
- ^{xi} Escritos que fazem a apologia do “trabalho alemão”, embora não se ativessem ao “perigo alemão” aparecem também no período em enfoque. Assim, por exemplo, em 1924, o *Verband Deutscher Vereine* fez publicar “Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul. Em 1925, Ernesto Pellanda publicou “A colonização germânica no Rio Grande do Sul”. Em 1930, aparece “A colonização alemã no Rio Grande do Sul”, de autoria de Leonardo Truda. Em 1934 surgiu “O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul”, de Aurélio Porto. Em 1935, Antonio Soveral organizou “O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho allemão no Rio Grande do Sul”. Em 1936, Leopoldo Petry publica “História da colonização allemã no Rio Grande do Sul”.
- ^{xii} Refere-se à guerra de 1870/71 entre a Prússia e a França que culminou com a criação do Império Alemão e que arrebatou dos franceses as províncias da Alsácia e da Lorena. A responsabilidade pela Guerra de 1870,

para Serva, também recaía inteira e exclusivamente sobre os franceses. A monarquia de Napoleão III teria tido absoluta necessidade de fazer essa guerra.

xiii “Não é só pelas armas que a sua raça é invasora. Ella invade o mundo pelo pacifico commercio, pela tranquilla industria e por essa irreprimivel infiltração nas permeáveis e despercebidas terras alheias.” (ARANHA, 1917, p. XVII)

xiv Cfe. Vianna Moog, no intróito da 8ª edição em que faz um breve histórico do livro, a Livraria do Globo teria feito o seguinte anúncio comercial alusivo à segunda edição:

’*Um Rio Imitia o Reno*, como havíamos previsto, está constituindo o maior êxito literário deste fim de ano. Em apenas três semanas somos obrigados a ordenar a 2ª edição (10º milheiro) atendendo à intensa procura e vultosos pedidos de todo o país.

Um Rio Imita o Reno é um romance social, profundamente humano. Focaliza a imigração germânica no Sul do país, em contraste com nossa gente. O drama das raças no Brasil, através da história de um amor contrariado.

Um Rio Imita o Reno, consagrado pela unanimidade da crítica e pelo público, foi classificado pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, Secretário de Educação deste Estado, como sendo o maior livro brasileiro.”

xv A cidade de *Blumental* parece dizer respeito a São Leopoldo, cidade natal do autor. No entanto, há passagens que a identificam mais com a cidade de Santa Cruz e outras com a de Venâncio Aires, municípios nos quais o autor trabalhou. Outro detalhe a destacar é a de que um dos personagens do romance social, que se torna amigo íntimo de Geraldo, é Armando, um inspetor do imposto de consumo. Casualmente trata-se do mesmo cargo ocupado pelo romancista no início de sua carreira profissional. (MOOG, 1966. p. 51).

xvi Em 1936, ao ser deflagrada a guerra civil na Espanha, há uma aproximação entre Itália e Alemanha. Os ditadores dos dois países iniciaram um período de íntima colaboração que continuou até a queda de Mussolini, durante a Segunda Guerra Mundial. Em outubro de 1936 assinaram a formação do Eixo Roma-Berlim e, no ano seguinte, o *Duce* chancelaria o Pacto Anti-Comintern, de que já faziam parte a Alemanha e o Japão.

REFERÊNCIAS

ARANJHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ARANHA, Graça. Brasil e pangermanismo. In: CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1917.

ARBIVOHN. *O perigo prussiano no Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1914.

BURNS, Edward McNall. *História da civilização Ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1981.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Volume VI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa germânica; em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. Rio de Janeiro: Grifo Edições/Instituto Nacional do Livro, 1971.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre Ed. UFRGS, 1991.

- GUIMARÃES, Arthur. *O allemanismo no sul do Brasil. Réplica a uma crítica paranaense*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1907.
- KOTHE, Flávio R. Imigração e colonização: utopia e identidade. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 6 n. especial, maio 2001.
- MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.
- MIRA, Crispim. *O alemães no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.
- MERCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno* (uma resposta a Vianna Moog). Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.
- MOOG, Vianna. *Um rio imitia o Reno*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1966.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Globo, 1954.
- MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- NIEMEYER, Waldir de. *À margem do tempo* (ensino sobre os erros e males da colonização estrangeira no Brasil). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1920.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PELLANDA, Ernesto. PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul – 1824/1924*. Porto Alegre: Repartição de Estatística; Livraria do Globo, 1925.
- PETRY, Leopoldo. *Historia da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Officinas Graphics Rotermund, 1936.
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.
- PORTO ALEGE, Augusto. *A defeza da Alemanha e dos allemães do sul do Brazil*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Sportiva, 1915.
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo Primeiro: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.
- ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

- SANTOS, Capitão Amílcar Salgado dos. *Brasil-Allemanha*. São Paulo: s/e, 1931.
- SERVA, Mario Pinto. *A Allemanha calumniada*. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, s.d.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 199-228.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1963.
- SOVERAL, Antonio. O patriótico governo do Gal. José Antonio Flores da Cunha e O trabalho allemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1935.
- VIANA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- Verband Deutscher Vereine. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.